

Notas à Margem:

A crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990

JURANDIR MALHERBA

*Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.
Coordenador do Programa Associado de Pós-Graduação em História - UEM/UEL.*

Marginal é quem escreve à margem,
deixando branca a página
para que a paisagem passe
e deixe tudo claro à sua passagem.

(Leminski, *Distraídos venceremos*)

I

O caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das Ciências Humanas. Embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho histórico profissional, aquele que se vem construindo nos programas de pós-graduação e centros de pesquisa do país, essa história profissional exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento histórico sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, se voltaram a este ou aquele objeto que porventura nos interesse atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos que nos haver com todas as contribuições dos que nos

antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.

Contudo, não podemos afirmar que, na prática, o exercício da crítica historiográfica tem sido feito dentro de parâmetros ao menos análogos e nem recebido a mesma atenção por parte dos historiadores no Brasil. Aqui já é possível formular duas hipóteses gerais para nossa discussão, que deverão nortear as reflexões que se seguem: em primeiro lugar, a crítica historiográfica no Brasil é ainda muito incipiente, em função justamente da segunda hipótese que levantamos: de que os historiadores operam com conceitos diversos de historiografia, o que tem comprometido o avanço desse campo de reflexão teórica.

Nosso objetivo aqui é o de fazer uma “radiografia” da prática de crítica historiográfica no Brasil na década de 1990, período em que se assiste um lampejo de esforço no sentido da profissionalização dessa atividade no meio acadêmico brasileiro.

II

A crítica historiográfica está – ou pelo menos deveria estar – presente em toda e qualquer atividade de reflexão histórica. Em termos didáticos, poderíamos dizer que ela se constrói em vários níveis, de acordo com os objetivos do historiador. Senão todas, a grande maioria das teses e dissertações trazem uma reflexão e uma crítica historiográficas, que pode se encontrar, como até pouco tempo se fazia, bem compartimentada ali num capítulo ou sub-capítulo introdutório, ou mais “diluída” por todo o corpo do texto. Esse nível primordial da crítica historiográfica é insondável, pois implicaria a leitura de toda a produção historiográfica. Também é desnecessária, já que é temática e interessaria prioritariamente àqueles interessados neste ou naquele tema particular.

Um degrau acima, emergindo dessa esfera rotineira da atividade de pesquisa histórica, temos o nível mais elementar da crítica historiográfica propriamente dita, que é a resenha. Elementar porque, via de regra, o autor da resenha está na maioria das vezes se exercitando para realizar aquela atividade anterior, da crítica voltada a um tema específico de pesquisa. Com essa referência, o autor da resenha não consegue – porque nem esse é seu objetivo – situar a obra resenhada num contexto mais amplo, dentro das tendências e

movimentos teóricos e historiográficos. Isso quando a resenha não é feita sob encomenda ou quando interesses menos profissionais e nobres movem seu autor — o que não é absolutamente raro entre nós, infelizmente. Também nesse primeiro degrau é praticamente impossível para um crítico isolado propor-se um balanço, dado o volume astronômico e a diversidade e dispersão dos veículos de publicação das resenhas.

III

Mais um degrau acima e a crítica historiográfica começa a se caracterizar como tal. Entramos no campo dos ensaios bibliográficos; acima desses, apenas os grandes exercícios de balanço, que caracterizarei a seguir. Para fundamentar o presente exercício, é preciso esclarecer que trabalhei com material coletado pelo recém extinto Centro Nacional de Referência Historiográfica, da Universidade Federal de Ouro Preto, do qual fui pesquisador associado entre 1995 e 1998. Como a pesquisa está ainda em andamento, estou operando com dados parciais, os quais permitem, pela sua extensão, ousarmos sustentar as hipóteses levantadas anteriormente. Para o período compreendido entre 1990 e 1999, contamos 66 artigos em 32 revistas diferentes, 17 teses de doutorado e dissertações de mestrado e outros 19 livros que entendemos caracterizar trabalhos de crítica historiográfica. Nesse total, encontramos doze grandes temas, contando cada um com um número diferente de trabalhos de crítica historiográfica.¹

IV

Em função dos objetivos e limites deste ensaio, vou privilegiar aqui apenas três tópicos: Revistas temáticas, “Escolas” históricas brasileiras, Balanços e grandes sínteses historiográficas, por serem expressivos de atitudes e projeções de nossa historiografia. Ficará para outra oportunidade a avaliação dos ensaios historiográficos sobre temas históricos, como aqueles sobre escravidão, movimentos operário, gênero ou Estado Novo. Mas algumas rápidas indicações podem ser altamente sugestivas.

Por exemplo, dentre as avaliações críticas temáticas, a do movimento

operário, com sete ensaios no período, é a que conta com o maior número de trabalhos², ao lado daqueles voltados ao tema da escravidão.³

Um número significativo de trabalhos busca rastrear o debate historiográfico tendo com critério um recorte espacial ou temporal. Assim encontramos esforços de balanços sobre a imigração para São Paulo, sobre a historiografia colonial latino-americana e Belo Horizonte, sobre a historiografia mineira e Minas Colonial ou sobre a historiografia da frente popular no Chile, ou das comunidades andinas, as eleições na Paraíba ou ainda sobre Edmund Burke ou "L'Ancien Régime et la Révolution"⁴.

As resenhas historiográficas de caráter teórico são mais diversificadas. Tímidas tentativas procuraram dar conta de temáticas como cultura popular e vida cotidiana⁵, da historiografia sobre política⁶, da história ambiental⁷ e sobre o que poderíamos chamar da discussão em torno de "matrizes teóricas"⁸. Também poderíamos incluir nessa categoria os balanços historiográficos dedicados às matrizes interpretativas do Brasil ou "autores clássicos brasileiros". Aqui, encontramos 14 títulos, sendo que um deles é livro composto de dez ensaios em homenagem a Sérgio Buarque de Holanda, de longe o historiador mais discutido, seguido por Gilberto Freyre e Capistrano de Abreu.⁹

É digna de menção a escassez de avaliações mais ambiciosas sobre a historiografia brasileira, procurando caracterizá-la em seu movimento ao longo dos últimos 150 anos¹⁰. Se encontramos estudos clássicos e alentados sobre a formação da literatura nacional (como, desde o início do século, os de Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho, ou mais recentes como os de Antônio Cândido, Alfredo Bosi e Afrânio Coutinho), são poucos os que se dedicaram a perscrutar nossa historiografia¹¹.

V

Poderíamos ampliar a análise para demonstrar, com a inclusão de temas como protesto popular, gênero ou a questão indígena, como a produção de resenhas historiográficas ainda é extremamente tímida e lacunar na atividade dos historiadores profissionais no Brasil. Um outro indicador dessa tese são os poucos números temáticos elaborados por nossos periódicos especializados. A rigor, contabilizamos quatro títulos de revistas de história que se dedicaram a balanços historiográficos. A *LPH- Revista de História*, do

Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (MG), produziu dois números com dossiês historiográficos, em 1992 e 1996, assim como o número 17 da *Estudos Históricos*, da Fundação Getúlio Vargas (RJ), pode ser apontado como um dos melhores empreendimentos da década nesse sentido. Por outro lado, embora tenha dado-se o sub-título de “Recortes historiográficos”, o número 16/17 da revista *História e perspectivas*, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) (1997), não apresenta nenhum artigo ou ensaio de caráter de avaliação historiográfica – o que é sugestivo da fragilidade do conceito entre nós.

Ainda no que se refere aos números especiais temáticos de periódicos dedicados a historiografia, a *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 26-26, de 1993, anunciava um dossiê “Ensino de História: memória, história, historiografia”. A rigor, os artigos desse número são bem mais voltados à questão do ensino, da história oral e da memória, havendo dois artigos que se podem caracterizar como de balanço historiográfico.

VI

Ainda no dossiê da *RBH* n. 25-26, encontra-se um artigo coletivo, produzido por três professores do departamento de História da UFPR, “comemorativo” dos trinta anos de produção histórica deste departamento (Machi, Boni, Siqueira & Nadalin 1993). Esse texto nos introduz numa temática que eu gostaria de tratar mais detidamente, a partir dessa análise da crítica historiográfica. Trata-se do problema da definição –ou mais propriamente: da auto-promoção– de supostas “escolas” historiográficas no Brasil. O artigo dos professores de Curitiba é bem característico dessa linha, e longe está de ser caso isolado. Nele, propõe-se fazer uma avaliação dos 30 anos de produção histórica do Departamento de História da UFPR. Seu pecado original assenta no fato de que os avaliadores são o próprio objeto da avaliação, o que eles mesmos reconhecem:

Temos claro que o caráter endogênico deste trabalho pode trazer dificuldades quanto aos aspectos de uma possível influência ou proximidade dos avaliados, até porque os avaliadores também estão sendo avaliados.

Efetivamente não conseguem resolver este problema. Apresentam em seis páginas o resultado parcial de uma pesquisa que vinha se desenvolvendo

há dez anos. A metodologia é dúbia. Embora pretendessem avaliar a produção departamental entre 1959 e 1989, utilizaram apenas as teses e dissertações, e nada de artigos ou livros ou projetos de pesquisas desse núcleo. O que segue é a apologia dos vinte e sete professores que estiveram no departamento no período, sobretudo os venerados “precursores”: Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Neto, Cecília Westphalen, Altiva Balhana etc. Então, seguem-se as outras “gerações”, onde incluem-se os próprios autores, cuja passagem foi marcada de uma mudança dos temas econômicos e sociais, para os demográficos até chegar às mentalidades. Para se ter uma idéia da fragilidade do texto, essa “avaliação historiográfica” só menciona pessoas e absolutamente nenhuma obra!

Outros dois artigos reforçam esse empenho do programa em construir sua memória. Em sua própria revista, *História: questões e debates*, de 1997, há dois artigos que procuram resgatar a trajetória vitoriosa dessa “escola”.¹² O primeiro é um exercício de memória num evento de homenagem à autora, Prof.^a Cecília M. Westphalen, em comemoração aos 25 anos do Programa de pós-graduação em História da UFR. Trata-se de verdadeira exaltação dos velhos companheiros de estrada, Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Neto e Altiva Pilatti Balhana, traçando o itinerário da formação desta última e de si própria; de como elas criaram uma crítica à “história tradicional paranaense”, caracterizaram uma história regional e voltaram-se para história demográfica, da qual constituiriam escola, depois de estudarem com os maiores nome desse ramo no mundo: Louis Henry e Peter Laslett. Relembra-se todos seminários de que participaram, os convidados de honra que tiveram no programa, os pupilos mais destacados. No final do texto, resgatando o que havia dito há 25 anos, reitera sua proposta que acredita ter conseguido executar: transformar-se em escola.

Estamos empenhando toda nossa responsabilidade profissional em curso que se objetiva sério, respeitado e ouvido. Estamos colocando toda nossa esperança em um curso que, deliberada e conscientemente, se deseja constituir uma Escola de História no Brasil. (p. 18)

O outro artigo que segue a este tem estrutura análoga ao anterior, de Euclides Marchi et al.

VII

Para ilustrar como esse problema do auto-reconhecimento das “escolas”, indico apenas mais um caso, dentre outros detectados. A rigor, trata-se talvez da única “escola” que se poderia reconhecer como tal: a da USP. Laima Mesgravis (1997) procurou escrutinar a produção histórica sobre São Paulo, entre 1960 e 1995. Talvez fosse mais apropriado chamar o artigo de “A produção histórica de São Paulo sobre São Paulo de 1960 a 1995”, pois a autora desconsidera historiografias de outros centros que tenham tratado de São Paulo. Além disso, o recorte geo - político denota um provincianismo indisfarçável, além de uma concepção de história tradicional, pautada por tal tipo de recorte. Este, além de tudo, é aleatório, pois a autora diz que, entre os trabalhos produzidos na USP, “nem todos serão igualmente analisados”, mas apenas alguns “serão escolhidos como emblemáticos ou inspiradores de uma certa tendência, enquanto outros serão apenas mencionados”.

Tudo isso, porém, não impediu a tentativa da autora de construir a memória dessa “escola” histórica, como ela própria denomina. Essa “tentativa de mitologia”, como talvez a caracterizaria um bastião da USP que foi Sérgio Buarque de Holanda, reaparece em outro texto importante, o de introdução ao catálogo de teses e dissertações de história no Brasil, organizado por Maria Helena Capelato. Esse texto, escrito por Capelato, Vera Ferlini e Raquel Glézer (1995), refaz o itinerário da “escola uspiana” de história, desde seu início na Faculdade de Filosofia nos anos 1930. Relembra todo histórico de criação do atual Programa de Pós-Graduação, de como o atual departamento surgiu da reforma universitária de 1969, com o fim das cátedras até a criação das duas áreas de concentração com que conta hoje. Em 60 anos eles geraram copiosa produção; mas a análise que se empreende no artigo em foco se pauta apenas pelas teses de doutorado.

Embora múltipla e eclética, é possível destacar o perfil característico dessa produção: base erudita; rigor metodológico; a procura de coerência interna do trabalho; tradição de interdisciplinaridade; o cuidado de buscar o relacionamento constante entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica, fugindo dos esquemas e modelos pré-estabelecidos.

Mas, a rigor, nada disso se comprova empiricamente; além do que parece paradoxal buscar o “perfil característico” na multiplicidade e heterogeneidade... O contato com o material teria obrigado as autoras a

estabelecerem a tradicional periodização por “gerações”..., resgatando três momentos de linhagens historiográficas: a dos formadores, o da primeira geração orientada pelos formadores e o da segunda, orientada por alguns formadores e pelos doutores formados pela primeira – essa última correspondendo ao processo de mudança institucional que extinguiu as cátedras e introduziu o novo sistema da pós-graduação.

Os formadores seriam os primeiros historiadores uspianos, alunos e professores das primeiras turmas da Faculdade e que representaram a conjugação das preocupações intelectuais no Brasil na época com a orientação dos mestres da “missão francesa” (que veio para o Brasil na década de 1930 para fundar a Universidade de São Paulo). Parece-nos problemática a referência a uma suposta influência dos *Annales* já nesta primeira geração¹³, como sustentam as autoras:

Se de um lado [os franceses] traziam a experiência com o trabalho metodologicamente orientado e os ares renovadores dos *Annales*, por outro, encontraram caldo de cultura fértil, patente em produção historiográfica tradicional, de grande erudição, voltada para os temas paulistas, expressa nas obras de Taunay e Alfredo Ellis Jr.

Soa um tanto eufêmica a constatação dessa característica da “erudição” que, se indubitavelmente existia, possuía maiores rasgos positivistas que qualquer outra coisa: uma historiografia baírrista que, no contexto turbulento dos anos 1930, procurará construir uma “identidade bandeirante” num período de declínio da hegemonia cafeeira e de ascensão política de grupos oriundos de outras regiões do país, como é o caso do golpe vitorioso do gaúcho Getúlio Vargas.

Em seguida apresentam cronologicamente a sucessão das três gerações (qualquer semelhança à identificação com os *Annales* não é mera coincidência). A primeira geração, entre 1951 e 1973, foi orientada pelos formadores e suas teses defendidas ainda no sistema de cátedra (o “antigo regime” da pós-graduação)... Persistiria aqui a influência dos *Annales*, acrescida das preocupações marxistas. Seu grande distintivo seria a erudição:

Os trabalhos de História Antiga, História Medieval, História das Ciências e História das Religiões, por ele (Eurípides S. de Paula) orientados, constituem parcela significativa dos doutorados do período: produção eclética,

com diversidade de temas, qualitativamente desigual. A preocupação teórica não foi predominante nessas teses, que tiveram por característica a erudição, o conhecimento de outras línguas e o uso rigoroso das fontes.

A meu ver, isso poderia ser traduzido por história positivista tradicional, e eclética – o que descaracteriza a idéia de “escola”... aliás, é o que se percebe, e elas mesmas confirmam, em todas as “gerações”. Outra característica dessa escola é a endogenia, a ponto das próprias autoras reconhecerem:

Devemos considerar , ainda, que na década de 60 e no início da de 1970 ingressaram no curso Ulpiano T. B. Menezes, Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Luíza Marcílio, constituindo um núcleo, por assim dizer, de adventícios (não fizeram doutorado no curso de história da USP).

A segunda Geração constitui-se no amplo conjunto de teses defendidas no sistema atual de pós – implantada a partir de 1971... É também marcada pela diversidade temática, teórica e metodológica, a tal ponto que me pergunto mais uma vez se, sobre tal diversidade, poderia ter-se elevado, uma “escola”...

Nas “Considerações finais”, as autoras atestam expressamente uma das características principais da “Escola uspiana”: A análise da produção do Departamento de História, nesses sessenta anos, através das linhagens, revela a existência de uma escola de historiadores uspianos , com um alto grau de inbreeding. Essa endogenia, contudo, não deve ser considerada fator negativo, pois permitiu a consolidação de uma tradição de pesquisa histórica diferenciada.

Por certo, é inquestionável o papel do departamento de História da USP na formação dos historiadores brasileiros, particularmente a partir da reforma da pós graduação no Brasil em 1991, momento que antecede o início da profissionalização do campo, que se consolida na década de 1990. Pelo peso que efetivamente tem na história brasileira, num sentido simbólico e afetivo, poderíamos tomá-la como “escola”. Mas apenas assim, institucionalmente, a poderíamos considerar como tal, pois se ela se caracteriza efetivamente pela diversidade total de opções teórico-metodológicas e temáticas. Lembremos ainda uma vez a dificuldade que se coloca para os estudiosos dos *Annales*, que em sua maioria, mesmo aqueles que estão de fora da revista, entendem como equivocado o emprego do termo “escola” para caracterizar aquele movimento historiorráfico¹⁴. Em segundo lugar, e

em função da ressalva anterior, o que se produziu nesses setenta anos na USP não parece ter constituído uma verdadeira linhagem ou matriz teórico-metodológica ou de interpretação histórica.

VIII

Por fim, dentro do cenário da produção da crítica historiográfica dos anos 1990, desejo observar aqueles trabalhos que chamei de “balanços” e, dentro desses, os dois “projetos historiográficos” mais importantes. Francisco Falcon (1996a) procurou desenhar os contornos da recente historiografia brasileira, analisando sua trajetória nas três últimas décadas. De forma bastante didática – e portanto simples, embora não simplista –, caracterizou a historiografia dos anos sessenta como cindida pelo binômio tradição *versus* inovação: a tradição seria o “positivismo” e a inovação os *Annales*/Marxismo... que levou à oposição ideológica “teorização *versus* empirismo”

Na década seguinte, o cenário político levou ao acirramento daquelas posições: esta década [de 1970], fez-se mais e mais problemática a convivência pacífica entre os que possuíam da História uma concepção narrativa e factualista, descritiva por excelência, e os que preconizavam uma *Nouvelle histoire*, em moldes *annalistas*, uma História estrutural, totalizante, crítica mas também inovadora em relação às fontes e, sobretudo, baseada em pressupostos teórico-metodológicos explícitos e implícitos. (p. 10)

A ditadura militar teria beneficiado os empiristas, de modo que a concepção tradicional foi favorecida pelo clima autoritário e repressivo então dominante. Aliada do poder, guardiã da versão oficial e verdadeira da História da Nação, essa historiografia tradicional e seus historiadores não poupavam intrigas e ataques contra instituições e historiadores favoráveis à crítica inovadora.

Foi nessa quadratura que se deu a implantação dos cursos de pós-graduação, nos quais predominavam a historiografia tradicional, a *Nouvelle histoire* (*Annales*) e a crítica teorizante predominantemente marxista. Nos anos 1980, assistiu-se ao delineamento de novas formas de diferenciação, para além das identidades do historiador tradicional *versus* moderno, em função do surgimento de alguns complicadores, como por exemplo a recepção das obras de Foulcault e Thompson, incidindo diretamente na formulação da

Nova História que então se praticava. Aqui se assistia ao progressivo divórcio entre os historiadores especializados em história econômica, social e demográfica, mais preocupados com as grandes massas ou séries documentais e a quantificação dos dados, e os historiadores preocupados com as novidades temáticas, abordagens e objetos inéditos, capitaneados pela história das mentalidades. Ficou patente que agora não se tratava apenas de diversidades de campos de interesse, mas de concepções de história absolutamente distintas: a daqueles que praticavam uma história estrutural,

ancorada na categoria de totalidade, dando ênfase ao tratamento quantitativo e partindo de pressupostos metodológicos precisos, e os historiadores fascinados pelas novas possibilidades de investigação resultantes da utilização de teorias sociológicas e antropológicas de mistura com propostas marxistas ou neomarxistas de várias procedências. Completando esta tendência que conduzia à fragmentação, veio a implosão das chamadas grandes teorias, quer dizer, basicamente, o marxismo.” (p. 12)

Esse texto de Falcon pode ser tomado como um ensaio de balanço historiográfico. Enquanto tal muito inspirador e desafiador de estudos que atestem ou neguem suas hipóteses, mas não fundamentado em pesquisa historiográfica concreta.¹⁵

IX

Durante a década de 1990 assistiu-se a um sensível aumento de trabalhos e eventos de viés historiográfico. Não sei se nesse rol podemos incluir o catálogo organizado por Holien G. Bezerra e Edilson G. Santos, sobre bases de dados altamente questionáveis, porque incompletas.¹⁶ Nem tão pouco um livro com o chamativo nome de *Ensaio historiográficos*, organizado por Paulo Alves. Aqui, trata-se da reunião de três artigos dos professores de Assis. Em geral, o livro é muito mal editado, não há padronização normativa, bibliografia etc, seus ensaios em geral consistindo em capítulos introdutórios de tese de doutorado dos autores.

Sem dúvida digno de nota é o livro de Ana Maria Burmester (1997), que efetua uma avaliação da produção uspiana na década de 1970. A obra constitui-se em sua tese de titularidade em Teoria da História no Departamento de História da UFPR. Um de seus pontos fortes, que elege como tema

de reflexão o a revolução brasileira na historiografia dos anos 1970, é esse quase balanço de toda sua geração, dentro dos quadros históricos delineados politicamente pela ditadura militar e academicamente pela ascendência do marxismo. Com estes limites, seu objetivo foi avaliar como se pensou o tema da revolução no Brasil naquele quadrante histórico, tomando como *corpus* documental as teses acadêmicas defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo, notoriamente o mais importante polo de produção do conhecimento histórico no país naquele momento.

Ao propor-se tal recorte, a autora revisa nos sucessivos capítulos o episódio da “Revolução de 1930”; o tema da revolução em trabalhos acadêmicos que o focaram em outros períodos da história do Brasil, desde o século XVIII até o XX.; as teses que, em vez das grandes transformações revolucionárias ou tentativas de, privilegiaram os chamados momentos de “transição” lenta e gradual da história brasileira, particularmente no século XIX; e, finalmente, no quarto capítulo, “Do modo de ser do capitalismo no Brasil”, já não se atem ao *corpus* documental que caracteriza o trabalho (as teses defendidas na USP), mas propõe-se ser um recenseamento historiográfico das principais matrizes que procuraram definir o capitalismo no Brasil durante o século XX. Nas “Considerações Finais” a autora procura estender a análise que vinha desenvolvendo até os anos 1980, pontuando certas mudanças de orientação na historiografia uspiana, onde surgiram novas temáticas e abordagens de pesquisa em torno, agora, dos assim chamados “heróis anônimos”, onde despontam os temas das mentalidades, da “resistência” e do cotidiano.

Na mesma linha é o trabalho de Ângela de Castro Gomes (1996). A autora estuda a política cultural do Estado Novo e o papel dos historiadores nesse contexto, “visando compreender o processo de constituição do saber e da disciplina de História do Brasil em nosso país”, focando o objeto em seu campo de pesquisa, que é o recorte do Estado Novo. Para tanto utilizou-se da seção “autores e livros” do jornal *A Manhã* e algumas seções da revista *Cultura Política*. Na seqüência dos capítulos, a autora esforça-se por resgatar o que seria a “galeria” dos intelectuais que então eram reconhecidos como historiadores, para em segunda interpretar a “cultura histórica” então vigente.

X

Embora não se apresente como um trabalho de avaliação historiográfica, muitos dos artigos que compõem a coletânea intitulada *Domínios da história*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, (Cardoso e Vainfas 1997) trazem em si tais avaliações. Por exemplo os artigos de Francisco Falcon, Ronaldo Vainfas, Hebe Castro, Rachel Sohiet, respectivamente sobre política e poder e ideologia, história cultural e das mentalidades, história social e história das mulheres, fazem uma recensão da produção historiográfica nesses campos.

Problemática nos parece uma outra coletânea, organizada por Marcos César Freitas (1998) que se apresentou à comunidade como um grande balanço da produção histórica no Brasil. Trata-se de uma coletânea de ensaios historiográficos (nem todos) heterogêneos quanto à abordagem e à qualidade dos mesmos. Na verdade, é praticamente impossível encontrar-se uma unidade que alinhava conjunto tão diverso de material. Isso é facilmente compreensível em função da ausência de um plano de obra vigoroso, fundado em um conceito pré-estabelecido de historiografia. Basta passar os olhos pela introdução do organizador, que não tem onde ser mais impressionista:

Talvez a historiografia esteja fadada a ser sempre uma parte da história das idéias (e vice-versa) uma vez que sua ocupação com o registro está impregnada das impressões (fantasmagóricas ou não) do “não registrado” (p. 9).

Então, o autor tenta justificar o porque da divisão da obra em duas partes: “Historiografia brasileira: os olhares sobre as fontes” e “Historiografia brasileira: novas fontes para novos olhares”, o que absolutamente não fica esclarecido, mesmo porque, a rigor, nenhum dos dezoito artigos se dedica a uma reflexão sobre “fontes”. O que fica é a idéia de um critério subjetivo a partir do qual se colocaria, de um lado, um “balanço” de temas clássicos e, de outro, um conjunto de avaliações de temas “inovadores”. Mas cada conjunto em si impossibilita até essa divisão (basta observar que, entre as “novas fontes para novos olhares”, há um texto anódino sobre “Braudel e os vagalumes”, outro sobre livros didáticos, outro a história dos intelectuais nos anos 50 e ainda um sobre a pintura de Victor Meirelles...)

Enfim, ao concluir-se a leitura dessa coletânea, tem-se a impressão de que o intuito estratégico do autor foi produzir uma obra impactante, pelo

peso dos nomes que conseguiu agregar. Mas a falta de uma definição teórica e conceitual comprometeram o empreendimento, que resultou numa justaposição de materiais novos e inovadores com coisa velhas e cristalizadas, que absolutamente não acompanham a avalanche da produção historiográfica brasileira, que se assistiu com a profissionalização do campo na década de 1990.

XI

Chegamos, por fim, aos dois “projetos historiográficos” que destaquei no início. Em minha opinião, os autores e obras que procurei avaliar criticamente a seguir se constituem nos únicos projetos concretos de avaliação historiográfica propostos e executados no Brasil na década de 1990: os de Astor Diehl e sua teoria da matriz historiográfica brasileira e o de Ronald Polito e Carlos Fico, à frente do Centro Nacional de Referência historiográfica.

Astor Diehl, da Universidade de Passo Fundo (RS), procurou estabelecer as linhas mestras da historiografia brasileira desde sua fundação, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, até o final da década de 1990. Essa análise foi desenvolvida como tese de doutoramento defendida na Alemanha, e dividida em quatro volumes, todos já publicados. O primeiro é breve e denso livro sobre onde o autor estabeleceu os parâmetros teóricos do conceito de “matriz historiográfica” e delineou o corpo completo da obra em seus quatro volumes (Diehl 1993a). O segundo constitui-se na análise da historiografia brasileira desde a fundação do IHGB até os anos 1930 (Diehl 1998). O terceiro (Diehl 1999) procura cobrir desde os anos 1930 até o final da década de 1970. O quarto, um dos primeiros a ser publicado, detém-se na avaliação da mudança estrutural da matriz historiográfica brasileira nos anos 1980 (Diehl 1993b). Aqui eu me deterei apenas na avaliação deste último título, por ele trazer em si os méritos e os problemas que eu posso detectar numa obra de tamanha envergadura e tem por objetivo a avaliação da historiografia brasileira na década de 1980, como o livro de Fico e Polito que analisarei a seguir.

De modo geral, o autor evoca discussões sobre a evolução recente do debate intelectual da crise da modernidade tal como se desenrola na Europa, e procura “explicar” os desdobramentos da historiografia brasileira a partir

desses influxos externos. O problema é que nem sempre – a rigor, na maioria das vezes –, o que acontece no Brasil se liga de qualquer maneira ao que acontece no Norte (Europa e/ou Estados Unidos), (ou seja, o autor não releva as circunstâncias “internas” da história da historiografia nacional); por outro lado, o autor não procura fundamentar suas afirmações sobre a historiografia brasileira em um levantamento exaustivo – nem ao menos por amostragem – dessa produção, e se limita, quando muito, a analisar uma ou outra obra que, para ele, seria representativa de toda a historiografia. Por exemplo, quando fala da recepção de Weber, Benjamin e Foucault no Brasil... Tentarei demonstrar isso detalhadamente na apreciação de sua obra.

Ao tratar da crise da razão histórica no exemplo do marxismo e da tradição de Max Weber, (Diehl 1993: 16 ss), o autor procura abordar a crise do marxismo por entender que a crise da razão histórica passa pela influência do marxismo no debate sobre a modernidade – e vai ao centro europeu do mesmo. Creio ser ao menos problemático seguir esse caminho para avaliar as influências do marxismo na historiografia brasileira. Segundo o autor, “... a questão da receptividade da teoria, metodologia e ideologia reducionista do marxismo no Brasil tornou-se um componente essencial para o estágio atual da historiografia.” Isso só é verdade em parte – e numa parte bem pequena. Primeiro, porque essa avaliação é impressionista. O marxismo no Brasil não foi só aquele, o reducionista. O autor desconsidera que do marxismo resultou de altíssima qualidade para a historiografia brasileira, como por exemplo o debate sobre a escravidão colonial nas décadas de 1970 e 1980, com todos seus desdobramentos ainda frutíferos. Além do mais, há que se resgatar a formação específica de nossos historiadores, que fundiram várias influências, de Weber, de Marx, de Durkheim, de Foucault... Queiram ou não, podemos dizer que todos os historiadores brasileiros são um pouco marxistas. Isso porque não há tema ou período da história do Brasil cuja investigação historiográfica não aponte para alguma matriz marxista fundamental, que tenha resultado em prolixo debate e com o qual qualquer pesquisador tem que se haver.

Mas o maior problema é a falta de embasamento empírico de certas afirmações categóricas, como a seguinte: a recepção do marxismo pelas ciências sociais e pela história no Brasil orientou-se em um marxismo revolucionário, passando pelo marxismo da Kulturkritik, com forte tendência para a interpretação da problemática dos custos da modernização (racionalização e secularização). (p. 21).

Pode ser que isso seja verdade, mas enquanto o autor não fundamentar tais assertivas em bases empíricas da produção historiográfica nacional, elas não conseguirão superar sua característica eminentemente especulativa.

Paralela à história das mentalidades, seria a presença de Foucault no Brasil, marcante para Astor Diehl em dois momentos: com o próprio, entre 1965 e 1975 e com o colóquio para relebrá-lo (1985). (p. 118). Quando vai mostrar as influências das reflexões de Foucault no Brasil, tudo o que Diehl cita nas nota 19 e 20 ou é auto-referente - os artigos contidos na coletânea organizada por Renato Janine Ribeiro (1985) - ou está fora do período avaliado, fora dos anos 1980. Além disso, a maioria dos autores citados não são representativos da historiografia brasileira, pois são filósofos ou cientistas sociais: Renato Janine, Sérgio Paulo Rouanet, F. Wolff, José Arthur Gianotti, R. Machado, Antônio Fausto Neto.

preciso sublinhar que o autor não fez um levantamento realmente exaustivo do material ou, se fez, os textos que indica não são representativos de verdadeiras “tendências” dentro de um quadro amplo da produção histórica nacional na década de 1980. A crítica à avaliação historiográfica levada a cabo por Diehl assenta em sua metodologia: como o autor não se baseia em toda a produção, os exemplos que indica podem ser a exceção e não a regra, de modo a ser impraticável o apontamento de tendências. Isso não é absolutamente um “pecado” deste importante analista historiográfico. É freqüente em autores que se cristalizam em torno de uma matriz teórica, característica particularmente marcante no caso dos foucaultianos.¹⁷

A grande contribuição do projeto historiográfico de Diehl é atenção que dá à necessária fundamentação teórica da análise historiográfica, através de seu conceito de “matriz” e, sobretudo, de “cultura historiográfica”, apoiados no sólido argumento da vinculação desses conceitos ao problema da modernidade/modernização/modernismo, cruciais para a compreensão do fenômeno historiográfico no Brasil. Seguindo suas pista, certamente em muito se avançará neste fundamento do conhecimento histórico.

XII

Com o segundo volume de *A história no Brasil*, dos Profs. Carlos Fico e Ronald Polito (1992, 1994), da Universidade Federal de Ouro Preto e do Rio de Janeiro respectivamente, completava-se a publicação de um ousado em-

preendimento de pesquisa e análise historiográfica no Brasil. Dando continuidade ao trabalho fundamental de sistematização de informações e crítica, operado até então por alguns poucos mas importantes nomes como Amaral Lapa, Francisco Iglésias e Carlos Guilherme Mota, Fico e Polito fundaram sua avaliação historiográfica brasileira da década de 1980 num renovado conceito de historiografia, fundado em ampla pesquisa sobre os mais variados meios de sua produção/circulação/ consumo.

A ampla base de dados que puderam compulsar os autores permitiu-lhes apurar com rigor e fineza o sentido que tomou a produção histórica recente no Brasil, desmontando entendimentos distorcidos sobre essa área de conhecimento, como algumas análises entorpecidas de subjetivismo - amparadas em pouca ou nenhuma base empírica - ou as imagens que se veicularam pela grande imprensa puderam fazer supor.

Superando o entendimento rasteiro de historiografia como mera catalogação de obras, ou como análise setorial temática ou cronológica, os autores procuram levar em conta "... não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica" (Fico e Polito 1992, p. 19).

A opção por essa abordagem ampla do fenômeno historiográfico, desde a produção até a recepção da obra, implicou no emprego de uma metodologia de análise que lhes permitiu visualizar, por exemplo, inclusive por sub-áreas da história, os setores com maior vitalidade, onde se situam as zonas de carência, a influência de correntes teóricas estrangeiras.

A análise da esfera da produção do conhecimento histórico implicou na recuperação da memória da universidade brasileira nos últimos 20 anos, uma vez constatado que muito pouco dessa produção ocorreu fora dos meios acadêmicos. Toda a renovação da história no Brasil desde os anos 1970 foi pautada na consolidação dos cursos de pós-graduação, efetivada de fato a partir dos anos 80. Desde a criação dos oito primeiros cursos de pós-graduação - seis mestrados e dois doutorados -, houve um crescimento de 75% em relação aos anos 70, com 16 mestrados e 5 doutorados em funcionamento no final dos anos 80.

Os autores chegaram a um detalhamento analítico rigoroso que os permitiu constatar alguns traços marcantes do processo de produção histórica nas universidades brasileiras. Sem entrar em maiores detalhes, mapearam ge-

ogrficamente onde se concentram os cursos, definindo seu nível pelos conceitos emitidos pelas agências de fomento. Situararam a história no conjunto das outras ciências sociais segundo o mesmos critérios; rastream o montante de teses e dissertações defendidas; destacaram detalhes como o tempo médio despendido na produção e a extensão das teses e dissertações em cada instituição; a percentagem de evasão; o gênero dos autores e orientadores; a relação orientador/orientando em termos de concentração numérica. Outro aspecto interessante que abordaram foi a divulgação de trabalhos acadêmicos até o grande público: a percentagem mínima de teses que conseguiram ser publicadas.

Não faltou um detalhamento do universo temático compreendido pelos trabalhos acadêmicos, segundo a periodização clássica da História do Brasil. Muito pouco foi produzido em termos de história não-brasileira, o que, segundo os autores, é um fator que dificulta a inserção nossa inserção no debate internacional.

Os enfoques metodológicos mais recorrentes nos anos 1980 foram a história regional, a história social, econômica e política, nessa ordem. Dentro da história social predominam os trabalhos em torno dos movimentos sociais, do mundo do trabalho, particularmente do movimento operário e da escravidão negra. A incidência dos chamados “novos temas”, como sexualidade, bruxaria, corpo, loucura ou imaginário, embora tendendo a ampliar-se, não chega a representar 5% do número de trabalhos defendidos na década de 1980, sendo mais escassos ainda os estudos sobre teoria e metodologia da história, praticamente inexistentes.

O balanço geral a que chegam os autores foi otimista: apesar de todos os problemas, desde os materiais até os da “dependência cultural”, a história no Brasil tendeu a uma efetiva profissionalização, o que ocorreu sobretudo dentro das universidades. Muitas de suas projeções se confirmaram na década de 1990.

No âmbito da circulação de trabalhos acadêmicos pelos meios editoriais, os autores constataram um crescimento vertiginoso da história dentre as grandes editoras, através da criação de inúmeras coleções específicas. Mas ainda vigia um abismo entre a parte maciça da produção acadêmica e os poucos canais abertos pelas editoras comerciais, como ainda hoje permanece. Proliferam, por outro lado, as editoras universitárias. Não deixam os autores de detalharem minuciosamente os temas e as abordagens predominan-

tes nos livros publicados, ao mesmo tempo em que analisam seu padrão editorial.

O balanço final dos autores aponta para uma tendência a superação paulatina dos problemas da historiografia brasileira, como o provincianismo. O segundo volume de *A história no Brasil: série dados*, trazia a indicação da constituição do Centro Nacional de Referência Historiográfica, que veio a se constituir como o mais completo banco de dados sobre trabalhos na área de história no Brasil durante a década de 1990, onde se promoveu a divulgação de análises e indexadores sobre a produção histórica brasileira.

Depois dessa obra, os autores deram continuidade a seu projeto historiográfico em vários momentos, em diversas análises parciais (Fico & Polito 1992, 1996a e 1996b; Fico 1994). Com o fim do CNRH abriu-se novamente uma grande lacuna na produção historiográfica brasileira.

XIII

Essa rápida olhada para a crítica historiográfica brasileira nos anos 1990 permite aventurarmos algumas sínteses e projeções. Parece patente ainda o caráter extremamente isolado e provinciano de nossa crítica historiográfica, que reluta ousar balanços mais amplos que incluam todos os centros do país. Isso talvez se deva, em boa medida, primeiramente ao caráter extremamente incipiente dessa prática no Brasil. Enquanto em outros países, como os estados Unidos, a crítica historiográfica é um ramo consolidado da atividade dos historiadores profissionais, aqui parece que escrever uma resenha ou um ensaio bibliográfico é tido como atividade menor. Não preciso ir longe para sugerir o quanto isso é prejudicial.

Talvez pela própria fragilidade dos estudos historiográficos no Brasil, falta uma discussão conceitual mais conseqüente em torno do tema. Não é possível cada um entender por historiografia aquilo que bem lhe aprouver (como acontece, por exemplo, na maioria das obras coletivas citadas).

Falta esperar que se dê continuidade a empreendimentos como os de Diehl e Fico e Polito, para se evitar os atrasos gerados por um debate historiográfico descentrado, como já acusava José Honório Rodrigues há tantas décadas atrás.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. A “cultura histórica do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 143-166, fev. 1998.
- AGGIO, Alberto. *A frente popular no Chile: História e historiografia*. São Paulo, 1996. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP).
- AGNES, Sílvia Clara. *A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas, Rio Grande e Cidade do México*. Porto Alegre, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da UFRS).
- AGUIRRE ROJAS, Carlos A.. *La Escuela de los Annales. Ayer, Hoy, Mañana*. Barcelona: Montesinos, 1999
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Los Annales y la historiografía francesa; tradiciones críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. México: Quinto Sol, 1996.
- ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações riscos na hermenêutica. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-58, 1996.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Belo Horizonte: 100 anos – história e historiografia. *LPH – Revista de História*, Mariana, n. 6, p. 230-234, 1996.
- ALVES, Francisco José. *Os sertões* como obra historiográfica. *Cadernos UFS: História*, São Cristóvão, v. 3, n. 4, p. 79-86, jan./jul. 1997.
- ALVES, Paulo (org.) *Ensaíes historiográficos*. Assis: Autores Associados, 1997. 123 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Os anos trinta no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, 53 (106): 407-58, 1976.
- ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *Locus*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 93-104, 1998.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI/ Instituto Dom Barreto, 1997. 125 p.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: 34, 1994. 216 p.
- BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica: sobre os círculos operários. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 127-147, jul. 1997.

- BARROS, Manuel de Sousa. *A década de 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro, s/ed., 1972.
- BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dez. 1997.
- BEZERRA, Holien Gonçalves, SANTOS, Edilson Gualberto. *Quem é quem na história; pesquisadores e pesquisas no Brasil*. Goiânia: Cegraf, 1996. 259 p.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. *Quem é quem na História: pesquisadores no Brasil*. Goiânia: ANPUH, 1997. 250 p.
- BLAJ, Ilana. A escravidão colonial: algumas questões historiográficas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 37, p. 145-159, 1994.
- BOTTMANN, Denise Guimarães. *Padrões explicativos da historiografia brasileira*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997. 117 p.
- BURGIUERE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des *Annales*, *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*. Paris, ano 34, n. 6, 1979.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997. 141 p.
- CAETANO, Coraly Gará. A exclusão social na historiografia local. *LPH – Revista de História*, Mariana, n. 6, p. 69-75. 1996.
- CALEFFI, Paula. A identidade atribuída: um estudo da historiografia sobre o índio. *Estudos Leopoldinenses*. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 49-64, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de história. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. (org.). *Produção histórica no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1995.
- CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.
- CARNEIRO, Newton Luís Garcia. Ainda a indigência teórica: ou de como se fazem algumas “novas histórias” da escravidão. *Histórica*, Porto Alegre, n. 2, p. 34-42, 1997.
- CARONE, Edgard. *A república velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 38-53, jul. 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo. Historiografia do movimento operário latino-americano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, p. 209-230, s/d (“Espaço Plural”).

- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Lé phénomène nouvelle histoire. Grandeur et décadence de l'école dès Annales*. Paris: Econômica, 1989;
- COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr. In: *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- CRUZ, Renato. "Raízes do Brasil", os 60 anos de um clássico. *Diálogos*, Maringá, n. 1, p. 67-82, 1997.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Folcloristas e historiadores no Brasil: pontos para um debate. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 167-176, fev. 1998.
- CHATIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- D'ALESSIO, Mância Mansor. Os Annales no Brasil: algumas reflexões. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, p. 127-142, 1994.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor, JANNOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 123-150, 1996.
- DIAS, Maria Odila L. da S. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, n. 22, p. 269-274, set/dez. 1994.
- DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a.
- DIEHL, _____. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 19 DIEHL,98.
- DIEHL, _____. *A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.
- DIEHL, _____. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993b.
- DINIZ, Marli. Neomarxistas e neweberianos: sobre a natureza do estrato profissional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 101-137, 1996.
- DONGHI, Tulio Halperin. Historiografia colonial hispano-americana e multiculturalismo: a história da colonização entre a perspectiva do colonizador e a do colonizado. Tradução de Paulo Martins Garchet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 163-193, 1997.
- DUTRA, Eliana R. Freitas. A historiografia mineira: tendências e debates. *LPH – Revista de História*, Mariana, n. 6, p. 7-15, 1996.

NOTAS À MARGEM: A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL...

EBERHARDT, Alirio. *A revolução de trinta e os partidos gaúchos*. Rio de Janeiro: CEPED- FGV, 1978.;

FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996a.

FALCON, Francisco José C. "Historicismo": a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 5-26, dez, 1997.

FALCON, Francisco José Calazans. História e cultura histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 141-144, 1997. Resenha de GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996b.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1994.

FAUSTO, Boris. Warren Dean, brazilianista brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, n. 133, p. 95-98, 2 sem. 1995.

FÉLIX, Loiva Otelo. A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 5, p. 49-66, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral, FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. *R. B. II*, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 121-132, set. 92/ago. 1993.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação Nacional em Buarque Freyre e Vianna. *Lua Nova*, São Paulo, n. 37, p. 229-247, 1996.

FICO, _____. *A História no Brasil (1980-1989)*. Série dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. (v.2)

FICO, _____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos; tentativa de avaliação crítica. In: MAIFERBA, Jurandir (org.). *A velha história; teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996a.

FICO, _____. Brasil: Historiografia nos anos 1980. *LPH – Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 6, p. 295-303, 1992.

FICO, _____. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 167-176, 1996b.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. 206 p. (v. 1)

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, p. 111-126, maio 1994.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (ed.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FLORENZANO, Modesto. As reflexões sobre a Revolução em França de Edmundo Burke: uma visão historiográfica. São Paulo, 1994. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da USP).

FLYN, Peter. The revolutionary legion and the Brazilian Revolution of 1930". *Latin American Affairs*, Oxford, n. 22, 1970.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FREITAS, Patrícia de. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. Florianópolis, 1997. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC).

FURTADO, João Pinto. Historiografia das revoltas stecentistas mineiras: o caso da "Inconfidência Mineira". *LPH – Revista de história*, Mariana, n. 6, p. 178-186, 1996.

GEBRAN, Maria Philomena da Cunha. *Historiografia sobre as comunidades andinas: peru 1920-1980*. São Paulo, 1991. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da USP).

GERTZ, René E. A história do Brasil na Alemanha (1980-1994). *Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, p. 87-114, dez. 1995.

GOLDMAN, Elisa. *O humilde e o sublime: A representação do bandeirante na historiografia Paulista*. Rio de Janeiro, 1997. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RJ).

GOMES, Ângela de Castro. *A história e os historiadores: a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 220 p.

GOMES, Angela de Castro. De historiadores e da história no Estado Novo: resposta a alguns comentários. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 177-179, fev. 1998.

GOMES, Ângela de. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização*. Rio de Janeiro: CEPEDOC/FGV, 1979.

GOMIDE, Leila. "Estigma e segregação social: a questão da lepra no Brasil, *História e Perspectiva*, n. 1, p. 67-86, 1988.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *Religião, pátria e liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*. Recife, 1997. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE).

GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. *A história em prosa porosa tempo e linguagem, poesia e historiografia (Considerações sobre as obras de Walter Benjamin e Otávio Paz)*. Rio de Janeiro,

NOTAS À MARGEM: A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL...

1993. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da PUC-RJ).

GUZMÁN, Décio Marco Antonia de Alencar. *Histórias de brancos: memória e historiografia dos índios Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)*. Campinas, 1997. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP)

História e perspectivas; revista dos cursos de História. Uberlândia, n. 16/17, jan/dez. 1997 ("Recortes historiográficos) [nada]

IANNI, Otávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. Introdução. In: *Caio Prado Jr.* São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais)

JASMIN, Marcelo. Historiografia e liberdade em "L'Ancien Régime et la Révolution". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 93-122, 1996.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LARA, Sílvia H. Escravidão no Brasil: balanço historiográfico. *LPH – Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 6, p. 215-244, 1992.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

LESSA, Fábio de Sousa. O matrimônio na historiografia grega. *Phoenix*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 83-89, 1996.

MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. 208 p.

MARCIH, Euclides, BONI, Maria Ignês M. de, SIQUEIRA, Márcia, NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *R. B. H.*, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 133-142, set. 92/ago. 1993.

MATA, Sérgio da. "Religionswissenschaften" e crítica da historiografia da Minas Colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 136, p. 41-57, 1. sem. 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Historiografi e história das eleições na Paraíba – Estado e Sociedade em 1982*. São Paulo, 1992. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da USP)

MESGRAVIS, Laima. A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. *Estudos de História*, Franca, v. 4, n. 2, p. 93-108, 1997

JURANDIR MALHERBA

MONTEIRO, Pedro Meira. Sérgio Buarque de Holanda e aos atores de “nossa revolução”. *Cadernos de História Social*, Campinas, n. 4, p. 59-72, out. 1996.

MORELLI, Ailton José. A criança e o “menor”: pequeno balanço bibliográfico. *Diálogos*, Maringá, n. 1, p. 83-98, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. Monografias, dissertações e teses: apontamentos para o início de uma discussão. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, p. 173-181, jul. 1996.

NOELLI, Francisco et al. O mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 209-221, 1997.

NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr e a historiografia brasileira.. In: *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo. Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varubagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 154-165, 1996.

PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, 1996.

PAULA, Sergio Goes de. Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 127-144, mar-jun. 1998.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero n a pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.

PETERSEN, Sílvia R. F. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do “novo” e a crítica ao racionalismo. *LPH – Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 6, p. 108-126, 1992a.

PETERSEN, Sílvia Regina de Ferraz. As linhas de pesquisa e as dissertações/teses na pós-graduação em História: algumas idéias para discussão. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 6, p. 156-164, dez. 1996.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, p. 62-78, dez. 1997.

PETERSEN, Sílvia Regina. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 25-44, 1992b. [também: *Cadernos de Estudos*, Porto Alegre, n. 3, 1991.]

NOTAS À MARGEM: A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL...

PINTO, João Alberto da Costa. *Caio Prado Jr: uma interpretação de seu pensamento*. São Paulo, 1993. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da PUC-SP).

PINTO, João Alberto da Costa. *Caio Prado Jr: uma interpretação de seu pensamento*. São Paulo, 1993. (dissertação de Mestrado)

PORCHAT, Oswaldo Pereira. Eurípedes Simões de Paula. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 241-244, set/dez. 1994.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. Tradução de Dora Rocha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

PUNTONI, Pedro. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a política da história e a Historiografia do Império. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p. 119-130, jul. 1996.

PUPPI, Marcelo. *A arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro, 1890-1930: uma revisão historiográfica*. Campinas, 1994. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da UNICAMP).

RAGO, Margareth. "Amores ilícitos na Paris de Emile Zola", *História e Perspectiva*, n. 1, p. 5-36, 1988.

REIS, José Carlos. *Annales; a renovação da história*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*, de Varhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25-26, set. 92/ago. 93, (Dossiê Ensino de História: Memória, História, Historiografia).

RIBEIRO, Maria Luiza Gaffrée. *Uma ruptura na historiografia brasileira: a formação intelectual de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Rio de Janeiro, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da UFRJ).

RIBEIRO, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Lêda Boechat, MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 324 p.

SALIBA, Elias Tomé. Perspectivas para uma historiografia cultural. *Diálogos*, n. 1, p. 11-17, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero e identidade na Historiografia. *LPH – Revista de História*, n. 6, p. 16-26, 1996.

JURANDIR MALHERBA

SCHMIDT, Benito Bisso. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, p. 79-90, dez. 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 233-244, fev. 1998.

SILVA, Marcos A. da. Notícias do brasilianismo: saudades da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 76-88, 1996.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. Prática historiográfica: teoria, escrita e interdisciplinaridade. *Saeculum*, João Pessoa, n.2, p. 187-201, jul./dez. 1996.

SIQUEIRA, Márcia. Fazendo história: PGHIS: 25 anos. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 14, . 26-27, p. 20-45, 1997.

SOARES, Luís Carlos. Historiografia da Escravidão: novos rumos. *IJPH – Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 6, p. 161-175, 1992.

SOFFIATI, Arthur. Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história. *História, ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 309- 328, jul/out. 1997.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) *Brasil em perspectiva*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Sérgio. Isto, o povo (observações sobre um tema político-historiográfico). *Pós-história*, Assis, v. 2, p. 151-166, 1994.

TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia sul-riograndense: o lugar das missões jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1997 (tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS.).

TORRES, Luiz Henrique. *O discurso historiográfico referente à participação do indígena na formação histórica sul-riograndense (1919-1964)*. Porto Alegre, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da PUC-RS).

TOURINHO, Luís Carlos P. A Revolução de 1930 no Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, 21: 1-351, 1974.

VAREJÃO, Paulo Roberto Azevedo. *Rituais de poder na obra de Gilberto Freyre*. São Paulo, 1992. ((Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da PUC-SP).

NOTAS À MARGEM: A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL...

VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

WAIZBORT, Leopoldo (org.) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.

WERNET, Augustin. Novas tendências historiográficas da Alemanha (1970-1990) *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 5, p. 95-11, 1998.

WESTPHALEN, Cecília M. Os cursos de Pós-Graduação em História da UFPr. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 6-19, 1997.

WOLFF, Cristina Schelbe. Historiografia catarinense. Uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

ZARZA, Angela Ninfa Mega de. *Historiografia, sociedade e poder em Portugal na época dos descobrimentos (contribuição ao estudo da obra de Rui de Pina)*. Rio de Janeiro, 1985. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós graduação em História da UFRJ).

NOTAS:

¹ São eles: Arquitetura no Rio de Janeiro, Movimento operário, Estado Novo, Escravidão, Protesto popular, Gênero/criança/família, Índios/missões/bandeiras, Temas teóricos: história cultural; história política; matrizes teóricas, Períodos/lugares, Autores clássicos brasileiros, Revistas temáticas, "Escolas" históricas brasileiras, Balanços e grandes sínteses historiográficas.

² Desses sete, quatro foram publicados na revista Anos 90, um na Projeto História e um na Revista Brasileira de História. Do Programa de Pós-Graduação da UFRGS também é a única dissertação de mestrado de caráter historiográfico sobre o movimento operário. Ver Schmidt 1998, Barreto 1997, Batalha 1997, Petersen 1997, Schmidt 1997, Coggiola s/d e Agnes 1990.

³ Lara 1992, Soares 1992, Lara 1998, Andrade 1998, Blaj 1994, Carneiro 1997 e Oriá 1996.

⁴ Respectivamente Fausto 1994; Donghi 1997, Almeida 1996, Dutra 1996, Mata 1997, Aggio 1996, Gebran 1991, Mello 1992, Florenzano 1994 e Jasmin 1996,

⁵ Chartier 1995, Saliba 1997 e Petersen 1991. A rigor, destes três só o último cumpre essa proposta, sendo os dois primeiros mais análises teóricas propriamente ditas.

⁶ D'Aléssio 1996 e Félix 1998. É preciso enfatizar que se tratam de resenhas historiográficas. Pois textos eminentemente teóricos sobre política e cultura política se encontram fartamente pela década de 1990 adentro.

⁷ Soffiati 1997.

⁸ D'Aléssio 1994, Gertz 1995, Wernet 1998, Siqueira 1996, Guimarães 1993. Destacamos aqui a mesa redonda do segundo número da revista *Diálogos*, onde um texto de Aguirre Rojas sobre Norbert Elias foi discutido por três autores: Ademir Gebara, Luís Geraldo Santos da Silva e José Carlos Reis. (1998). Sobre Elias, destaque-se ainda a recente publicação do *Dóssie Norbert Elias*, organizado por Leopoldo Waizbord (1999).

⁹ Dias 1994, Monteiro 1996, Cruz 1997 sobre Sérgio Buarque; Porchat 1994, sobre Eurípedes Simões de Paula; Varejão 1992 e Araújo 1994 sobre Gilberto Freyre; Ribeiro Mota 1980). Além da quadnlogia de Diehl, que se completou recentemente, destacamos, para quem deseja iniciar-se no estudo das matrizes da historiografia brasileira, a obra de Reis 1999.

¹⁰ É consensual no Brasil o entendimento de que ela surgiu “oficialmente” em 1848, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, feito à imagem e semelhança do congênere francês, mantido até o final do período imperial por D. Pedro II e até hoje em atividade).

¹¹ Ensaaios como os de Stein 1960 e Skidmore 1975/6. cobrem ricamente períodos cronológicos específicos, embora sejam já bem antigos e aos quais, infelizmente, não se deu continuidade. Uma análise brilhante encontra-se em Mota 1975 (reeditado em Mota 1980). Além da quadrilogia de Diehl, que se completou recentemente, destacamos, para quem deseja iniciar-se no estudo das matrizes da historiografia brasileira, a obra de Reis 1999.

¹² Westphalen 1997; Siqueira 1997.

¹³ Referência problemática porque, se nos fiarmos nos principais estudos do movimento intelectual dos *Annales*, o grupo ligado à famosa revista era ainda muito marginal na década de 1930, quando a revista tinha uma tiragem de 500 exemplares. Ver Aguirre Rojas 1996 e 1999; Coutau-Bégarie 1989; Burgiere 1979; Reis, 1996.

¹⁴ Cf. Aguirre Rojas 1996, Reis 1996.

¹⁵ Nessa mesma linha insere-se o instigante artigo de Petersen 1992a.

¹⁶ Trata-se de um catálogo de pesquisadores de história, em ordem alfabética, com dois índices, um de pesquisas em andamento e outro d publicações, organizados por palavras-chave. Dois pecados: não tem uma linha de avaliação historiográfica, mas constituiu-se apenas num catálogo com nomes e endereços. O pior é que é extremamente lacunar, pois não abrange pesquisadores alunos de programas de pós-graduação “que desenvolveram/desenvolvem pesquisas para efeito de titulação”. O coordenador distribuiu fichas para todos os “historiadores brasileiros e estrangeiros no Brasil, que tenham pro-

NOTAS À MARGEM: A CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA NO BRASIL...

duzido obras-artigos-pesquisas e continuam exercendo a atividade de pesquisador. Mas o título do trabalho não deixa de ser pretensioso. Cf. Bezerra & Santos 1996.

¹⁷ Como exemplo ver Rago 1994 e 1999, para quem tudo a sua volta, na história e na historiografia, gira em torno de sexo, corpo, loucura, disciplina. Além disso, reitera-se nessas análises o problema da não definição conceitual de “historiografia”, resultando em que os recortes e obras analisadas sejam aleatórios ou tendenciosos das opções ou fetiches teóricos do autor – e não sintomáticos de tendências observáveis através da compilação sistemática da produção historiográfica.

RESUMO: A crítica historiográfica é fundamento do conhecimento histórico. Esta contribuição faz uma “radiografia” da prática da crítica historiográfica no Brasil na década de 1990, representativa do esforço de profissionalização acadêmica da História. Ainda há contudo longo caminho a percorrer para consolidar a crítica historiográfica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia, Brasil, crítica historiográfica, anos 1990.

ABSTRACT: The critique of the historiography is relevant for the historical knowledge. The present article proposes a “radiography” of the practice of the historiographical critique in Brazil during the 1990s. This period is a representative one for the effort of academic professionalization of History. It is yet a long path to go in order to consolidate the historiographical critique in Brazil.

KEY WORDS: Historiography, Brazil, historiographical critique, 1990s.